



OPÇÕES PELAS EPISTEMOLOGIAS DO SUL: A TRILHA ENTRE RONDON E FLORESTANIA

Prof. Dr. Markus Erwin Brose PPGDR/UNISC

MSc. Luis Carlos Ribeiro Stephanou PPGDR/UNISC

Resumo. No presente ensaio refletimos a oposição entre duas concepções de desenvolvimento para a Amazônia Ocidental que marcaram o Século XX: a Marcha para o Oeste, iniciada no Governo Vargas e, noutra perspectiva, a proposta da Província de Rondônia, formulada a partir da praxis da Comissão Rondon. A partir da noção de Sociologia das Ausências, formulada por Boaventura Santos, se esboça a seguinte questão: como combater as linhas abissais usando instrumentos conceituais e políticos que não as reproduzam? As políticas de desenvolvimento regional iniciadas por Vargas tinham por objetivo colonizar o território considerado vazio. Rondon, por sua vez, organizou entre Cuiabá e o Acre uma linha de comunicação física e imaginária para promover a inclusão social dos “trabalhadores nacionais” na jovem república, sem implicar em genocídio indígena. Argumentamos que a concepção desenvolvida por Rondon foi coroada pela estratégia da Florestania, estabelecida pelos Povos da Floresta como política regional nas últimas duas décadas. Debateremos a hipótese de que Rondon, Roquette-Pinto, Chico Mendes e Mary Allegretti, intelectuais periféricos do pensamento fronteiro, buscavam superar o racismo estrutural do não-reconhecimento da humanidade dos Povos da Floresta, incrementado pela linha abissal dos traçados viários dos governos Vargas, Kubitschek e do Regime Militar.

Palavras chave. Linha abissal. Florestania. Amazônia Ocidental.

1. INTRODUÇÃO

O debate em torno das concepções de desenvolvimento costuma ser central nas discussões sobre o que se poderia convencionalmente denominar destino das nações. O que é desenvolvimento? Quais as formas de promover desenvolvimento? Que opções políticas e econômicas são mais adequadas? Quais os resultados nos quais se quer chegar? Estas são algumas das questões que norteiam o debate sobre desenvolvimento no Brasil e são o cenário relacionado às questões específicas deste trabalho.

O panteão nacional registra a concepção positivista “ordem e progresso”. Utopias políticas fomentam a aceleração estatal do desenvolvimento, o desenvolvimentismo. À



margem das concepções hegemônicas, há os que denunciam o “desenvolvimento como farsa” (SANTOS e DARIDO, 2021). A crítica ao desenvolvimentismo leva ao reconhecimento da necessidade de se propor opções. Boaventura Santos (2019) ressalta a importância de que as alternativas de desenvolvimento sejam oriundas de segmentos populares, a partir da resistência aos modelos excludentes pautados pelas teorias universalizantes de crescimento econômico.

Neste aspecto há uma questão decisiva: os segmentos populares necessitam buscar “um novo tipo de intelectual: organizador técnico, o especialista da ciência aplicada [com] inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador” (GRAMSCI, 2004, p. 53). A concepção gramsciana de intelectual orgânico, fundamental no enfrentamento por alternativas do desenvolvimento, advém da experiência italiana. Contudo, para Martins (2011), também permite compreender a função de intelectuais na realidade brasileira.

Em outro viés, Amartya Sen (2010) postula o desenvolvimento como possibilidade de escolha entre alternativas; desenvolvimento como liberdade, até mesmo sem crescimento econômico. Esta concepção se opõe à noção do desenvolvimento como resultado de “sangue, suor e lágrimas”, ou seja, a ideologia de que o sofrimento no presente, seja através da desapropriação de povos tradicionais, do desmatamento em larga escala ou a exploração de mão-de-obra, em um futuro não sabido possibilitará chegar ao ‘primeiro mundo’.

Boaventura Santos logra delinear um referencial metodológico para as possibilidades alternativas de desenvolvimento. De acordo com este autor, “Uma epistemologia do Sul se assenta em três orientações: aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul” (SANTOS, 2009, p. 9). Assim, enfatiza que seria por meio do conhecimento socialmente validado que uma experiência específica se torna intencional e inteligível, não havendo conhecimento sem práxis e atores sociais.

Esse ensaio constitui primeiro resultado de pesquisa sobre o papel de intelectuais periféricos em processos de desenvolvimento regional no país, e está dividido em três seções. Após a introdução, na primeira seção expomos a concepção das Epistemologias do Sul relacionadas ao debate acerca do pós-colonialismo, ressaltando o conceito de linha abissal e a ênfase na busca por caminhos concretos para sua superação. Na segunda seção sintetizamos as concepções da Marcha para o Oeste e da Província da Rondônia, argumentando que o plano de governo da Florestania, implementado por duas décadas no estado do Acre, constitui caso único naquela região. Na terceira seção procedemos uma



reflexão acerca do potencial do conhecimento gerado por esta experiência como contribuição ao debate acerca das Epistemologias do Sul.

2. OUTRAS VOZES APÓS O COLONIALISMO

As redes de pensamento que se formaram no contexto do fim dos impérios europeus frequentemente são agrupadas como Pós-colonialismo, Decolonialidade e Epistemologias do Sul. O conceito do Pós-colonialismo, de acordo com Mata (2014) teve origem nos anos 1970, adquirindo relevância no debate acadêmico da década seguinte. Este conceito designa um campo de estudos no qual estão em construção epistemologias que apontam para outros paradigmas diferentes daqueles modelos de tradição universalizante.

Decorre desta reflexão a consideração de que porventura a mais importante mudança a assinalar é a atenção à análise das relações de poder, nas diversas áreas da atividade social caracterizada pela diferença: étnica, de raça, de classe, de gênero, de orientação sexual. (MATA, 2014, p. 31)

Já a noção de Colonialidade, segundo o sociólogo peruano Aníbal Quijano, enfatiza que com a constituição do novo mundo o nascente capitalismo se globalizou a partir da América. Seus centros hegemônicos romperem com o regionalismo do mar Mediterrâneo, se estabeleceram ao longo do Atlântico, deslocando para a América o eixo central do novo padrão de dominação.

Las etnicidades son siempre construcciones contemporáneas, de manera que son siempre cambiantes. Pero todas las grandes categorías por medio de las cuales dividimos hoy en día a América y el mundo (americanos nativos o «indios», «negros», «blancos» o «criollos»/europeos, «mestizos» u otro nombre otorgado a las supuestas categorías «mixtas»), eran inexistentes antes del moderno sistema mundial. Son parte de lo que conformó la americanidad. Se han convertido en la matriz cultural del entero sistema mundial. (QUIJANO e WALLERSTEIN, 1992, p. 584)

O conceito da Decolonialidade parte de uma ruptura epistemológica que apresenta perspectivas de conhecimentos até então subalternos em relação às construções eurocêntricas. Para Quijano (2014) essa ideia busca englobar a realidade pós-colonial dos países latino-americanos, incluindo as falas étnicas e de outras minorias. A ruptura com o pensamento colonial europeu permitiria vislumbrar novas subjetividades que reconhecem e reagem ao ideário colonial (MIGNOLO, 2010).

O conceito de Epistemologias do Sul, sistematizado pelo sociólogo português Boaventura Santos, insiste em uma agenda propositiva para essas novas subjetividades. O autor enfatiza tanto a reflexão, como a intervenção.



Epistemologias do Sul são uma proposta de expansão da imaginação política para lá da exaustão intelectual e política do Norte global, traduzida na incapacidade de enfrentar os desafios deste século, que ampliam as possibilidades de repensar o mundo a partir de saberes e práticas do Sul Global e desenham mapas onde cabe o que foi excluído por uma história de epistemicídio. (SANTOS; ARAÚJO; BAUMGARTEN, 2016, p. 15)

Nesse debate, Boaventura Santos sistematiza o conceito de linha abissal, um sistema de divisões entre o visível e o invisível. “As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o ‘deste lado da linha’ e o ‘do outro lado da linha’” (SANTOS, 2007, p. 71). O pensamento abissal não reconhece o outro que está atrás da linha; assim, não estabelece apenas a invisibilidade, também impossibilita a inclusão. Para além da linha há inexistência, a ausência, o vazio, e essas formas de negação produzem uma ausência radical: a ausência de humanidade.

A não existência é produzida sob a forma de inferioridade insuperável porque é naturalizada, seja pelo gênero, seja pela raça. Esta não existência não pode ser considerada parte de uma alternativa aceitável de desenvolvimento. Na busca pela superação das linhas abissais, Boaventura Santos propõe a Sociologia das Ausências cujo “objetivo é transformar objectos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças” (SANTOS, 2002, p. 246). Para o autor, a Sociologia das Ausências se concentra na identificação e interpretação de experiências sociais concretas, a serem posteriormente aferidas com relação às expectativas sociais.

Boaventura Santos busca superar o que considera o risco da paralização na crítica e na visibilidade aos culpados que identifica nos argumentos do pós-colonialismo ou da decolonialidade, enfatizando uma agenda propositiva mediante o conceito das Epistemologias do Sul. “O tópico deixou de ser a confissão dos erros passados para ser a participação solidária na construção de um futuro pessoal e coletivo, sem nunca ter a certeza de não repetir os erros cometidos no passado” (SANTOS, 2002, p. 94). Em outro momento de suas reflexões reforça a necessidade de “dar consistência epistemológica ao pensamento pluralista e propositivo” (SANTOS, 2009, p. 47).

Enfatizamos aqui as implicações do termo “propositivo” conferidas pelo autor: trata-se de uma ruptura epistemológica que vai além da crítica e fomenta a construção da utopia. “As Epistemologias do Sul surgem como uma proposta [...] insurgente, resistente [...] contra um projeto de dominação capitalista, colonialista e patriarcal”. (SANTOS, ARAÚJO; BAUMGARTEN, 2016, p. 17). Adotando essa ênfase, argumentamos que na Amazônia Ocidental, no século XX, um conjunto de intelectuais periféricos participou de uma série de



intervenções para o desenvolvimento regional com caráter inclusivo e humano, cujas perspectivas teóricas e políticas remetem às Epistemologias do Sul.

Destacamos, por um lado, a proposta de Rondon/Roquette-Pinto na universalização das políticas públicas para a cidadania em Mato Grosso e Rondônia, inviabilizada pela corrida pela mineração, pela especulação imobiliária, pelo comércio ilegal de madeira e a onipresente pecuária de corte. Esta concepção teve origem em elementos do Positivismo e encontrou em pesquisadores(as) do Museu Nacional seu embasamento acadêmico para a rejeição do racismo elitista que vigorava de forma hegemônica.

Por outro lado, a Florestania se desenvolveu como práxis sócio-política a partir da concepção de cidadania ancorada na manutenção da floresta em pé e a inclusão da população tradicional à sociedade nacional, ao invés de sua substituição por pasto e gado. A noção de floresta em pé, conjugada a partir das perspectivas de populações indígenas, ribeirinhos e trabalhadores(as) extrativistas, se constitui com mais força a partir do sindicalismo de trabalhadores seringueiros do Acre, tendo a figura de Chico Mendes como principal liderança. As pesquisas da antropóloga Mary Allegretti (1994), forneceram uma ancoragem acadêmica ao conceito de Florestania, contribuindo para sua materialização através da implementação das reservas extrativistas.

Tanto as propostas e visões de mundo de Roquete-Pinto como a práxis desenvolvida através da Florestania superaram a paralização acadêmica, buscando concretizar a formulação de conhecimentos para a intervenção na realidade e, ao mesmo tempo, fortalecer o conhecimento relacionado ao pensamento propositivo a partir de bases epistemológicas mais sólidas (SANTOS, 2009).

Coerente ao conceito de linha abissal de Boaventura Santos, a Epistemologia de Fronteiras é proposta nas obras do semiólogo argentino Walter Mignolo (2003, 2015) como uma opção da decolonialidade por parte dos movimentos que querem se contrapor ao projeto eurocêntrico. A Epistemologia de Fronteiras propõe pensar os atores sociais e operar com estes, mas a partir de uma perspectiva na qual coexistem o conhecer, o sentir e o fazer, dentro de situações históricas conflituosas, de resistência. Há autores que reforçam seu caráter operacional: “a Epistemologia de Fronteiras é uma estratégia, uma opção decolonial por parte de quem vivencia a fratura da colonialidade” (OLIVEIRA e GOMES, 2021, p. 654).



Semelhante a uma linha abissal, uma fronteira opera a separação, a diferença e demarca os territórios. Ela se realiza como zona conflitante de contato; área difusa, tanto do encontro, como do encobrimento.

A fronteira, portanto, é o locus da subalternidade e da diferença colonial e, mesmo em virtude dessa assimetria de poder, é o espaço do atrito, do hibridismo, da reinscrição de identidades e da invenção, pois é onde se forjam estratégias de sobrevivência, inquietude e mestiçagem que tensionam e subvertem a geopolítica do conhecimento. É um processo, portanto, inconcluso e necessário. Por isso, a fronteira é sempre um lugar de passagem, não de pouso. (OLIVEIRA e GOMES, 2021, p. 653)

Ressaltamos a relevância da afirmação “lugar de passagem, não de pouso” para o presente trabalho. Nessa reflexão, argumentamos que o conceito múltiplo da “fronteira” se aplica à Amazônia Ocidental no Século XX. E que para além de uma linha imaginária, a construção de estradas no Governo Kubitschek e seu asfaltamento pelo Polonoroeste, no Regime Militar, estavam justificadas pela propalada ausência de população, o ‘vazio da mata virgem’.

Como proceder na Sociologia das Ausências? Boaventura Santos (2002) registra que esta parte de duas indagações. A primeira pergunta sobre as razões pelas quais uma concepção tão excludente de totalidade se tornou hegemônica. A segunda indagação visa identificar os modos de confrontar e superar essa concepção de totalidade, ainda pouca abordada, argumento que é apropriado nesse trabalho mediante resgate de uma concepção de desenvolvimento para regiões fronteiriças inaugurada por Rondon, ao início da República, e que encontrou na estratégia dos Povos da Floresta para o estado do Acre sua operacionalização.

3. FRONTEIRAS ENTRE DESENVOLVIMENTO E DECOLONIALIDADE

Aníbal Quijano (2000, 2014) reforça a interpretação de que a ruptura epistemológica com o eurocentrismo teve seu impulso central nos anos 1960, por meio da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

Desde América Latina, sin duda la más influyente de las tentativas de mostrar de nuevo la mundialidad del capitalismo fue la propuesta de Raúl Prebisch y sus asociados, para pensar el capitalismo como un sistema mundial diferenciado en “centros” y “periferias”. (QUIJANO, 2014, p. 288)

González Casanova vai além quando afirma que “pode-se dizer que não foi senão até fim do século XX quando os movimentos de resistência e pela autonomia das etnias e dos



povos oprimidos adquiriram uma importância mundial” (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007, p. 433).

A Rondônia

Santos (1996) registra que o médico João Batista de Lacerda, quando nomeado em 1870 diretor do Museu Nacional concedeu prioridade à antropologia física, sobretudo o estudo dos crânios e da ossatura dos povos indígenas. Estes estudos se realizavam sob influência da epistemologia francesa, que valorizava a caracterização morfológica do corpo humano para inferir acerca dos atributos intelectuais e morais dos indivíduos.

O pano de fundo das pesquisas era constituído pela preocupação da elite brasileira quanto à capacidade de contribuição da população na construção da nova nação. Na capital, o país era frequentemente retratado como um grande sertão vazio a ser ocupado e povoado (ANTONIO FILHO 2011; LIMA, 2013).

À semelhança da Argentina (*Las Pampas*), dos Estados Unidos (*The Great American Desert*) ou da Austrália (*Outback*), no Brasil uma característica topográfica e uma palavra que exprimia tanto percepções como realidades era de importância capital. A palavra mais comum é sertão ou sertões [...]. O sertão não era contínuo nem podia ser domado, tampouco tinha um princípio ou fins exatos. Não era uma fronteira no sentido político ou geográfico, mas, antes, um estado de espírito. (RUSSELL-WOOD, 2014, p. 280).

As análises do médico Lacerda contribuíam a um diagnóstico nada favorável aos indígenas quanto à sua posição na hierarquia das raças e ao seu potencial em participar efetivamente na construção da nacionalidade. Seguindo os padrões da época, o cientificismo combinou ideias evolucionistas com análises de cunho racial, posicionando a população tradicional dos sertões brasileiros numa escala, na condição de inferioridade.

Tal argumento agradava à parcela da intelligentsia formada nas capitais, influenciada diretamente pelos produtos e informações dos centros europeus. Desconhecia e desprezava a população do vasto interior, fosse essa identificada como “sertaneja”, “matuta”, “cabocla” ou “caipira”. Registra Carvalho (2017), por exemplo, que Monteiro Lobato descrevia o Mato Grosso como um ‘deserto’. Os sertões eram representados como espaço da barbárie e do atraso cultural, conferindo força à ideia de que, durante a monarquia, o Brasil não tinha dado certo e de que seria necessário substituir a população interiorana por outra, apta a promover o desenvolvimento.



Em certos momentos nossa cultura é profundamente desvalorizada por nossas elites, tomando-se em seu lugar a cultura europeia (ou mais recentemente a norte-americana) como modelo. Como reação, em outros momentos nota-se que certas manifestações da cultura brasileira passam a ser extremamente valorizadas, exaltando-se nossos símbolos nacionais [...]. O primeiro processo é representado por uma série de intelectuais como Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Oliveira Viana e Arthur Ramos que, preocupados em explicar a sociedade brasileira através da interação da raça e do meio geográfico, são profundamente pessimistas e preconceituosos em relação ao brasileiro que é caracterizado entre outras coisas como apático e indolente, nossa vida intelectual sendo vista como destituída de filosofia e ciência e evada de um lirismo subjetivista e mórbido. (OLIVEN, 1986, p. 2)

Santos (1996) reconstrói que em 1911, Lacerda participou como representante oficial no Primeiro Congresso Universal das Raças, em Londres, onde apresentou trabalho sobre os mestiços e defendeu a tese do branqueamento. Argumentava que o Brasil era um país viável por sua população estar no caminho de se tornar uma ‘raça’ branca. Segundo esse argumento, a maior parcela da população, os mestiços, não conformavam uma ‘raça’ fixamente constituída, tendiam a ter filhos com brancos e, dada a crescente imigração de europeus, iriam desaparecer pelo processo de branqueamento – o que impunha incerteza quanto ao destino das populações de índios, negros, caboclos e ribeirinhos, possivelmente também fadadas ao desaparecimento.

O médico Edgar Roquette-Pinto, que veio a ser o sucessor de Lacerda no Museu Nacional, estava igualmente preocupado com a formação da nação e estudou a “temática indígena”. Porém, em 1910, conheceu pessoalmente o Marechal Rondon, que doara vasta coleção de artefatos indígenas coletados no Mato Grosso ao museu. Rondon, estudioso do positivismo, revolucionou o que hoje conhecemos como política de direitos humanos, convencendo parcela da elite nacional de que as nações indígenas e os caboclos do sertão tinham direito a seu modo de vida, contrariando o evolucionismo vulgar que pregava a sobrevivência dos mais aptos e o extermínio dos mais fracos.

Rondon era um militar, sujeito de ação e pouco escreveu ou publicou. Em contrapartida, em 1912, Roquette-Pinto integrou a expedição científica – dotada dos mais modernos aparelhos de gravação de imagens e de sons da época – enviada pelo Museu Nacional para acompanhar a Missão Rondon à Serra do Norte/MT. Este cientista gravou, em cilindros de cera, cantos e músicas de grupos Nambiquaras, cujo primeiro contato com a linha telegráfica de Rondon ocorrera em 1907. Passou a admirar Rondon e, em suas palestras e publicações, denominava a linha telegráfica de Cuiabá a Santo Antônio do Madeira – hoje Porto Velho – como “Estrada Rondon”. Tratava-se de uma picada com dois metros de largura que cobria 1.800 km de distância.



Roquette-Pinto, conhecendo pessoalmente as populações sobre as quais escreveu, adota uma postura não racista. Seu livro de viagem, publicado em 1916, despertou amplo interesse e registrava que a expedição à Serra do Norte mudou sua percepção. O sertão não era ausência ou um vazio, mas um espaço ocupado por populações que tinham seus modos de vida. Propôs a denominação “Província Rondônia” para a região noroeste do estado do Mato Grosso, que cobria 238 mil km², algo como três vezes o território de Portugal.

Roquette-Pinto criou este neologismo com a intenção de chamar atenção para a ocupação humana da região, logo na Introdução desqualificando preconceitos manifestados pela elite metropolitana.

Voltei da Rondônia com a alma refeita, confiante na sua gente, que alguns acreditam fraca e incapaz, porque é povo ‘magro e feio’. São feios, efetivamente, aqueles sertanejos; muitos, além disso, vivem trabalhando trabalhados pela doença. Pequenos e magros, enfermos e inestéticos, fortes, todavia, foram eles conquistando as terras áspers por onde hoje se desenrola o caminho enorme que une o norte ao sul do Brasil, como um laço apocalíptico, amarrando os extremos da pátria. É preciso ir lá para se temperar a confiança nos destinos da raça, e voltar desmentindo os pregoeiros da sua decadência. Não é, nem pode ser, nação involuída a que tem meia dúzia de filhos capazes de tais heroísmos. (ROQUETTE-PINTO, 1919, p. viii-ix)

Nas fronteiras geográficas, humanas e políticas ao longo do Mato Grosso e da Bolívia, Roquette-Pinto, republicano convicto, conheceu de perto os horrores da servidão por dívida por meio da qual fazendeiros, donos de seringal e comerciantes controlavam os trabalhadores rurais: “estrangeiros em sua própria terra, continuam os trabalhadores rurais do interior do Brasil a viver nas condições desgraçadas de uma disfarçada servidão; faltou a primeira tentativa séria de os amparar” (ROQUETTE-PINTO, 1919, p. 54). O autor também conviveu com grupos das nações Parecis e Nambiquara, registrando:

Há índios perfeitamente assimilados pela nossa modesta cultura brasileira do interior; esses estão fora de questão. São, de fato, sertanejos. Trabalham, produzem, querem aprender [...] O direito é um só. Quem, a pretexto de civilizar, esmaga tribos e nações, que sempre viveram independentes, pratica política perigosa para si mesmo; porque a moral dos conquistadores nunca teve outra razão [...]. Temos, para com os índios, a grande dívida, contraída desde o tempo dos nossos maiores, que foram invadindo seu território, devastando sua caça, furtando o mel das suas matas, como nós agora mesmo o fazemos. (ROQUETTE-PINTO, 1919, p. 302-303)

Contrariando o paradigma de desenvolvimento da época baseado na invisibilidade e na desumanização da população do sertão, Roquette-Pinto não considerava as populações rurais inferiores. Ele percebia a Amazônia Ocidental ocupada, habitada e digna, utilizando o adjetivo “trabalhador” para a população que conheceu – termo elogioso para a época.



Professava um otimismo acerca do futuro do país no qual todos os segmentos tinham potencialidade para participarem no projeto de construção da nação.

O que faltava ao desenvolvimento do país não era uma questão de ‘raça’, mas o que denominou “organização nacional”. A “organização nacional, no Brasil, quer dizer, principalmente, educação do povo, nacionalização da economia e circulação das ideias e da riqueza” (ROQUETTE-PINTO, 1982, p. 78). A solução para os problemas do sertão residia em criar condições para que os “tipos brasileiros”, em especial os mestiços, pudessem desenvolver suas potencialidades. Em decorrência, conclui que “A antropologia prova que o homem, no Brasil, precisa ser educado e não substituído” (ROQUETTE-PINTO, 1982, p. 107).

A dimensão territorial do colonialismo interno

Maia (2010) recupera que a Marcha para o Oeste no Governo Vargas operacionalizava a colonização do sertão visando a construção da nação a partir do litoral. A criação de colônias agrícolas em Mato Grosso e Goiás, a ferrovia até Anápolis e o início da construção de Goiânia expandiam a fronteira agrícola. A Marcha para o Oeste estimulou a colonização e, especialmente, a inclusão da Amazônia Ocidental no mercado de terras, fomentando a grilagem e a ocupação de terras devolutas pela pecuária extensiva. A população do sertão, especialmente as nações indígenas, sofreram as consequências da destituição de suas terras.

Nas cartas geográficas da época, o nosso país era mostrado com dois terços do seu território como áreas em branco, o que significaria dizer ‘desabitado’. Isso quando o mundo todo estava envolvido numa Segunda Grande Guerra, onde a tônica era o espaço vital [...]. A Expedição Roncador-Xingu, na sua andança, mostrou que as áreas em branco não eram desabitadas. Ali viviam e ainda vivem inúmeros povos estranhos que há séculos vinham sendo os donos da terra – os índios. (VILLAS BÔAS e VILLAS BÔAS, 1997, p. 27)

Nos anos 1940, os irmãos Villas Bôas, sertanistas amigos pessoais do General Rondon, lograram eliminar o caráter militarista da Expedição Roncador-Xingu e moravam entre os indígenas na bacia hidrográfica do rio Xingu (VILLAS BÔAS e VILLAS BÔAS, 1970). Orlando, Claudio e Leonardo Villas Bôas, por intermédio de Noel Nutels, primeiro médico da Expedição Roncador-Xingu, mantinham contatos com os antropólogos Darcy Ribeiro e Eduardo Galvão, intelectuais da vanguarda do pensamento antropológico da época.

Porém, em 1961, último ano do Governo Kubitscheck, a picada aberta pela Comissão Rondon entre Cuiabá e Porto Velho foi transformada em estrada BR 364 pelas empreiteiras,



‘amigas’ do presidente, que estavam concluindo Brasília. Entre imobiliárias e grileiros foi renovado o alento de colonização da Amazônia Ocidental, com a valorização das terras.

Duas décadas mais tarde, ao iniciar sua pesquisa de doutorado no Acre, em 1980, a antropóloga gaúcha Mary Allegretti conheceu o trabalho de alfabetização e formação sindical liderado por Chico Mendes, que estava contribuindo para uma nova identidade coletiva e de oposição ao desmatamento. Os seringueiros atuavam de forma organizada, utilizando a estratégia pacífica do “empate” para criar uma corrente humana em frente à floresta que ia ser derrubada. A defesa da floresta em pé era premente, pois as famílias viviam entre as árvores, dependendo dos frutos e produtos da floresta para sobreviver.

Chico Mendes era líder comunitário reconhecido na região do município de Xapuri, no Alto Vale do Rio Acre. Após ter sido alfabetizado com material de leitura oriundo do Marxismo por um ex-integrante da Coluna Prestes, iniciou seu trabalho de combate ao analfabetismo e educação popular no âmbito das Comunidades Eclesiais de Base sob orientação de Dom Moacyr Grechi, bispo de Rio Branco. Chico Mendes foi um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local, posteriormente eleito vereador pelo Partido dos Trabalhadores em Xapuri.

Entre 1980 e 1982, Mary Allegretti transformou sua pesquisa em ações de extensão, participando da produção de material de ensino em português e matemática para a primeira escola de alfabetização de adultos da região, em um seringal a 60 km de Xapuri. Pediu demissão da universidade para se dedicar às atividades de educação popular. Participou dos debates sobre criação de uma cooperativa para comercialização da borracha e da castanha-do-Brasil pelos seringueiros, primeiras ações do Projeto Seringueiro, que deram visibilidade ao movimento.

As notícias que chegavam ao Acre eram preocupantes quanto ao desmatamento e ao genocídio indígena que ocorriam entre Mato Grosso e Rondônia decorrentes do asfaltamento da BR 364 mediante o Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE). O programa era financiado pelo Banco Mundial e tinha como objetivo chegar até ao Acre (WADE, 2011). O movimento dos seringueiros iniciou a busca por alternativas para evitar a ‘rondonização’ do Acre, mantendo a floresta em pé. As notícias quanto à experiência exitosa do Parque Indígena Xingu contribuíram para disseminar a proposta da criação de territórios coletivos para seringueiros.



Divulgando o movimento social acreano de combate ao desmatamento em Brasília, Mary Allegretti integrou a coordenação do I Encontro Nacional dos Seringueiros, em 1985.

O formato peculiar desse acontecimento criou não só constrangimento e vergonha, mas, sobretudo, revelação. Forçou as autoridades e os políticos a revelarem sua absoluta falta de planos em relação aos seringueiros, e mesmo sua ignorância sobre a própria existência dos seringueiros [...] O efeito de visibilidade visado por Chico Mendes fora atingido, mas no sentido inverso ao pretendido: em vez de tornar os seringueiros visíveis publicamente, a indiferença do governo é que subitamente veio à tona, sobretudo para os seringueiros. (ALMEIDA, 2004, p. 44)

Neste encontro foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), em oposição ao antigo Conselho Nacional da Borracha integrado por tecnocratas e donos de seringais a cujas deliberações os seringueiros não tinham acesso. Registra Allegretti (2008) que foi debatida a proposta de uma reforma agrária adaptada para a Amazônia Ocidental, estimulada especialmente por seringueiros de Rondônia que estavam perdendo terras e sua fonte de renda para a especulação imobiliária pelo asfaltamento da BR 364. De acordo com o debate no evento, a floresta não seria dividida em lotes individuais a serem desmatados, mas mantida em pé em terras coletivas, as reservas extrativistas.

Em janeiro de 1987, também em Brasília, durante o lançamento de Campanha em Defesa da Amazônia, foi anunciada a Aliança dos Povos da Floresta. A Aliança visava fortalecer os vínculos entre indígenas e seringueiros, com base nos interesses comuns na defesa de um modelo de desenvolvimento para a Amazônia que respeitasse seus modos de vida. Foi denunciado o aumento do desmatamento e a necessidade de uma política de proteção aos territórios ocupados por indígenas e seringueiros.

Em agosto de 1988, em seminário sobre a Amazônia relacionado à Constituinte, realizado em Curitiba, os líderes seringueiros Chico Mendes e Jaime Araújo e o líder indígena Ailton Krenak (União das Nações Indígenas), reafirmaram a Aliança dos Povos da Floresta e convidaram organizações indígenas de todo o país para participar do movimento. Em março de 1990, três meses após o assassinato de Chico Mendes, CNS e UNI organizaram o I Encontro dos Povos da Floresta, em Rio Branco (ALLEGRETTI, 2002).

Em final de 1990, foram criadas as primeiras reservas extrativistas (Resex) da Amazônia, com proteção jurídica para impedir o desmatamento e a especulação de terras, somando 2,5 milhões de hectares. A primeira área foi na parte ocidental do Acre, a Reserva Alto Juruá, com cerca de 400 mil hectares. A segunda foi a Reserva Chico Mendes, com um



milhão de hectares no Alto Vale do Rio Acre. A terceira foi criada em Rondônia e a quarta no estado do Amapá, tensionando o marco jurídico do direito individual à propriedade.

Com a lei estadual nº 1.277 de 13 de janeiro de 1999, foi criada no Acre a primeira política pública de pagamento por serviços ambientais no país, subsidiando a produção de látex natural pelos seringueiros. O conceito de Florestania foi lançado no 2º Fórum Social Mundial, em 2002, pelo governador do Acre, Jorge Viana.

Florestania seria um novo conceito civilizatório. Uma espécie de complemento amazônico à ideia da cidadania. O propósito era um novo pacto social pelo desenvolvimento na região, assegurando a cidadania dos povos da floresta mediante investimentos públicos na educação, na saúde e nas formas de produção extrativista.

Uma forma inteligente de massificar a ideia de um governo voltado para a exploração sustentável dos recursos florestais, bem como de prometer proporcionar bem-estar às pessoas que nasceram, cresceram e vivem até hoje no meio da floresta, usando os benefícios desta para sobreviver. Uma espécie de pacto, através de uma ação discursiva, entre o poder representativo, delegado pelas urnas à Frente Popular, e a população, baseado no equilíbrio das relações entre homens e ambiente. (PINHEIRO, 2010, p. 5)

Essa plataforma de governo esteve vigente, entre 1999 e 2019, após a qual a aliança de partidos da Florestania perdeu as eleições no contexto do avanço de um programa de governo estadual que prometia nas campanhas a 'rondonização', ou seja, o desenvolvimento mediante desmatamento e colonização do Acre (PONTES, 10/01/19). Era a interrupção, ao menos momentânea (ou não), de uma experiência política e social que buscava um caminho alternativo aos modelos dominantes de viabilizar a economia de territórios a partir da destruição ou predação de seus recursos naturais.

4. CONCLUSÕES

Com o declínio do colonialismo e o surgimento de novas formas de se organizarem os territórios de amplas regiões da África, Ásia e América foram também se constituindo redes de pensamento em torno do que se denominou Pós-colonialismo, Decolonialidade e Espistemologias do Sul. O conteúdo destas reflexões também formula importantes questões sobre os colonialismos internos nestas regiões e as noções de fronteira.

No âmbito brasileiro, podemos reconhecer estas questões presentes ao longo da BR 364, na Amazônia Ocidental, região que vivenciou, entre anos 1970 e 2010, modelos conflitantes de desenvolvimento. De um lado tem-se a floresta habitada e produtiva da



Florestania, um modelo de desenvolvimento baseado na cidadania da população existente e a floresta em pé. De outro, a concepção da linha abissal de um sertão ‘vazio’, cuja inclusão ao mercado dependia da produção de commodities a partir da substituição da floresta por pasto.

Hoje vemos o quanto o debate sobre estas experiências e seus resultados está vivo nas lutas políticas da Amazônia e, inclusive, de forma mais geral. As grandes questões ambientais, orientadoras de diversos debates internacionais importantes, têm nesta disputa entre concepções de desenvolvimento um lugar central. Neste texto chamamos a atenção sobre possibilidades, já pensadas e colocadas em prática, que deveriam ser mais consideradas nas agendas políticas e nos espaços públicos decisórios, a fim de se rever os paradigmas hegemônicos de desenvolvimento adotados naqueles territórios.

O fato da experiência da Florestania ser percebida como uma utopia ou algo restrito a situações muito específicas deveria nos inquietar. O destino dos povos da floresta, e das florestas, também é parte da vida de quem sequer pôs seus pés nas matas.

REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, Mary. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 18, p. 39 -59, 2008.

ALLEGRETTI, Mary. **A construção social de políticas ambientais**: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

ALLEGRETTI, Mary. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ARNT, R. (ed.) **O destino da floresta**: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 17-47.

ALMEIDA, Mauro Barbosa de. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, jun. 2004, p. 33-52.

ANTONIO FILHO, Fadel. Sobre a palavra “sertão”: origens, significados e usos no Brasil. **Ciência Geográfica**, v. 15, n. 1, 2011, p. 84-87.



CARVALHO, Pedro. **“Rondonia” de Roquette-Pinto dentro do Museu Nacional**. Tese (Doutorado em Memória Social), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (uma redefinição). In: **A teoria marxista hoje**. Buenos Aires, CLACSO, 2007, p. 431-458.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. v. 2. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

LAGE, Allene Carvalho. Da subversão dos lugares convencionais de produção do conhecimento à epistemologia de fronteira. **E-cadernos-CES**, Coimbra, v. 2, 2008. <https://doi.org/10.4000/eces.1394>

LIMA, Nísia. **Um sertão chamado Brasil**. São Paulo, Hucitec Editora, 2013.

MAIA, João. As ideias que fazem o estado andar: imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil central. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 53, n. 3, 2010, p. 621-655.

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 3, 2011, p. 131-148.

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêntricas. **Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, 2014, p. 27-42.

MIGNOLO, Walter. **Habitar la frontera: sentir y pensar la descolonialidad** (antología, 1999-2014). Barcelona, CIDOB, 2015.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica**. Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires, Ediciones del Signo, 2010.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

OLIVEIRA, Damião Bezerra; GOMES, Raphael Carmesin. Epistemologia de fronteiras em Walter Mignolo. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 35, n. 74, 2021, p. 643-677. <http://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v35n74a2021-55175>



OLIVEN, Ruben. O nacional e o regional na construção da identidade brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, out. 1986.

PINHEIRO, Francisco de Moura. Florestania: a cidadania da floresta vista a partir dos conceitos de biopolítica, significantes vazios e ecologia dos saberes. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação INTERCOM...**ANAIS**, Caxias do Sul, 2 a 6 set. 2010.

PONTES, Fábio. Em agenda externa, Gladson Cameli busca investidores para 'rondonizar' Acre. 10 jan. 2019. **Jornal Acre24Horas**. Disponível em: <https://ac24horas.com/2019/01/10/> Acesso em: 6 fev. 2023

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: **Cuestiones y horizontes**. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidad del poder**, eurocentrismo y América Latina. Buenos Aires, 2000, p. 201- 246.

QUIJANO, Anibal; WALLERSTEIN, Immanuel. La americanidad como concepto: o América en el moderno sistema mundial. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, Paris, v. 134, nº 4, dez. 1992, p. 549-557.

QUINTERO, Pablo. Colonialismo interno, neocolonialismo, colonialidade do poder: contribuições, limites e problemas dos modelos teóricos sobre os povos indígenas e as situações coloniais na América Latina. In: **Reunião Brasileira de Antropologia**, 31, Brasília, 2018.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Ensaio de antropologia brasileira**. 3ª ed. Coleção temas brasileiros. Brasília: Editora UnB, 1982. v. 37.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Rondonia**. 2ª ed. [Facsimile digitalizado pela Universidade de Toronto, 2011]. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.

RUSSELL-WOOD, John. Fronteiras do Brasil colonial. In: RUSSELL-WOOD, J. **Histórias do Atlântico português**. São Paulo, Editora UNESP, 2014, p. 279- 302.

SANTOS, Boaventura. **Epistemologias do sul**, fronteiras, zonas fronteiriças e plurinacionalidades. Aula Castelo de Filosofia. Youtube, 1 mai. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i7P4uuDkuK8> Acesso em: 21 jan. 2023.



SANTOS, Boaventura. Para além do pensamento abissal. In: SANTOS; MENESES (orgs.) **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009, p. 23-72.

SANTOS, Boaventura. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 79, 2007, p. 71-94.

SANTOS, Boaventura. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 63, 2002, p. 237-280.
<https://doi.org/10.4000/rccs.1285>

SANTOS, Boaventura, ARAÚJO, Sara; BAUMGARTEN, Maíra. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, 2016, p. 14-23.
<http://dx.doi.org/10.1590/15174522-018004301>

SANTOS, Nathan; DARIDO, Marcela. Desenvolvimento como farsa e a saída decolonial. Marília, **Revista Fim do Mundo - UNESP**, nº 5, 2021, p. 133-157.

SANTOS, Ricardo. Edgar Roquette-Pinto, os tipos antropológicos e a questão da degeneração racial no Brasil no início do século. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20, 1996. **ANAIS...** Caxambu, 1996, trabalho 96GT1931.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

VILLAS BÔAS, Orlando; VILLAS BÔAS, Cláudio. **A marcha para o oeste**: a epopeia da expedição Roncador-Xingu. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

VILLAS BÔAS, Cláudio e VILLAS BÔAS, Orlando. **Almanaque do sertão**: histórias de visitantes, sertanejos e índios. São Paulo, Editora Globo, 1997.

VILLAS BÔAS, Orlando e VILLAS BÔAS, Cláudio. **Xingu**: os índios, seus mitos. São Paulo, Editora Edibolso, 1970.

WADE, Robert. **Boulevard of broken dreams**: the inside story of the World Bank's Polonoeste Road Project in Brazil's Amazon. Working paper n. 55. London School of Economics and Political Science, 2011.